




CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO


RELATÓRIO DE ATIVIDADES

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
ESTRATÉGIA NACIONAL DO MP DIGITAL

MAIO A AGOSTO DE 2023

CONTATO

 (61) 3366-9275

 Setor de Administração
Federal Sul - SAFS, Quadra
2, Lote 3. Edifício Adail
Belmonte Brasília/DF
CO 07

ESTRATÉGIA NACIONAL DO MP DIGITAL

Foi aprovada no dia 28 de fevereiro, durante a 2ª Sessão Ordinária de 2023, proposta de Resolução que institui, no âmbito do CNMP, a Estratégia Nacional do Ministério Público Digital Resolução nº 257, de 14 de março de 2023.

O MP Digital integra a estrutura da Comissão de Planejamento Estratégico e visa estabelecer eixos de atuação do CNMP que possam contribuir para fomentar a inovação digital em todo o Ministério Público, tendo como diretrizes fortalecer a identidade nacional do Ministério Público; zelar pela autonomia institucional das unidades e ramos; promover a atuação orientada por dados; e fomentar a atuação integrada e colaborativa.

A Estratégia é fruto do trabalho desenvolvido no âmbito do Projeto de Governança de Dados e Transformação Digital no Ministério Público, instituído pela CPE, mediante Portaria CPE nº 5/2021.

POLÍTICA NACIONAL DO MP DIGITAL

A Comissão de Planejamento Estratégico (CPE/CNMP) apresentou, por ocasião da 11ª Sessão Ordinária de 2023 do CNMP, realizada em 8 de agosto, Proposta de Resolução que institui a Política Nacional do Ministério Público Digital - MP Digital e define os instrumentos que serão utilizados para promover a integração e a inovação no Ministério Público.

Segundo a proposta, são princípios da Política Nacional do Ministério Público Digital - MP Digital o fomento à evolução tecnológica, à inovação e à atuação orientada por dados; o estímulo à atuação integrada e colaborativa entre ramos e unidades do Ministério Público; o fortalecimento da identidade nacional do Ministério Público; a preservação da autonomia institucional dos ramos e unidades do Ministério Público; e a regulação leve e flexível para assegurar a adaptabilidade e a agilidade necessárias para acompanhar as rápidas transformações tecnológicas.

O texto também elenca os objetivos da Política Nacional do MP Digital: estimular a cultura de integração no Ministério Público; prover mecanismos institucionais para compartilhamento de bases de dados, sistemas, metodologias, boas práticas e desafios que contribuam para tornar mais eficiente a comunicação e o compartilhamento de recursos, dados e informações; contribuir para o fortalecimento das capacidades digitais dos ramos e unidades do Ministério Público; entre outros aspectos.

Já os instrumentos da Política Nacional do MP Digital são a Plataforma MP Digital e Rede Nacional de Inovação Digital. A proposta também institui o Manual do MP Digital como instrumento de orientação e detalhamento técnico da resolução.

Saiba mais:

[Conselheiro do CNMP apresenta proposta de resolução que institui a Política Nacional do MP Digital](#)

ESTRATÉGIA NACIONAL DO MP DIGITAL

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) instituiu seis grupos de trabalho que irão desenvolver a plataforma MP Digital, objeto da Proposta de Resolução apresentada pelo presidente da Comissão de Planejamento Estratégico (CPE), conselheiro Moacyr Rey Filho, na sessão ordinária do CNMP realizada em 8 de agosto.

A proposição, que está em tramitação, institui a Política Nacional do Ministério Público Digital (MP Digital) e define os instrumentos que serão utilizados para promover a integração e a inovação no MP.

Os GTs foram criados no âmbito da CPE, pelo período de um ano, destinados ao planejamento, desenvolvimento e implementação dos instrumentos da plataforma. As portarias, que incluem os nomes dos integrantes, foram publicadas no Diário Oficial da União do dia 11 de agosto.

POLÍTICA NACIONAL DO MP DIGITAL

Portaria CNMP-PRESI nº 260/2023 - Grupo de trabalho para planejamento, desenvolvimento e implantação da **Base de Dados Processuais do Ministério Público**, a qual integrará a plataforma MP Digital.

Portaria CNMP-PRESI nº 261/2023 - Grupo de Trabalho para planejamento, desenvolvimento e implantação do **Catálogo de Bases de Dados** da Plataforma MP Digital, o qual reunirá informações dos bancos de dados internos ou externos utilizados pelos ramos e unidades do Ministério Público.

Portaria CNMP-PRESI nº 262/2023 - Grupo de Trabalho para o planejamento, desenvolvimento e implantação do **Catálogo de Soluções Digitais** da Plataforma MP Digital, o qual reunirá informações sobre as soluções tecnológicas utilizadas ou em desenvolvimento em cada ramo ou unidade do Ministério Público.

Portaria CNMP-PRESI nº 263/2023 - Grupo de Trabalho para planejamento, desenvolvimento e implantação do **Catálogo de Serviços de Integração** da Plataforma MP Digital, o qual reunirá informações sobre as soluções de interoperabilidade utilizadas pelos ramos e unidades do Ministério Público.

Portaria CNMP-PRESI nº 264/2023 - Grupo de Trabalho para o planejamento, desenvolvimento e implantação do **Catálogo de Contratações de Tecnologia da Informação (TI)** da plataforma do MP Digital, o qual reunirá informações sobre os processos de licitação realizados pelos ramos e unidades do Ministério Público para aquisição de bens ou serviços de TI.

Portaria CNMP-PRESI nº 265/2023 - Grupo de Trabalho para planejamento, desenvolvimento e implantação do **Catálogo de Desafios** e do Fórum da Rede de Inovação da plataforma do MP Digital.

Saiba mais:

CNMP institui grupos de trabalho para o desenvolvimento da plataforma MP Digital

ESTRATÉGIA NACIONAL DO MP DIGITAL

Com objetivo de conformar novas experiências do exercício da atividade finalística, especialmente no que se refere ao uso de ferramentas tecnológicas aptas a potencializar a efetividade da atuação ministerial, a Comissão de Planejamento Estratégico (CPE/CNMP) promoveu visitas técnicas institucionais às unidades e ramos do Ministério Público.

A iniciativa faz parte da Estratégia Nacional do MP Digital, que tem entre os objetivos contribuir para a inovação digital no Ministério Público, por meio da coordenação de esforços, do compartilhamento de boas práticas e da atuação colaborativa entre os ramos e unidades

CONHECIMENTO DE INICIATIVAS DE INOVAÇÃO DIGITAL

A Comissão de Planejamento Estratégico (CPE) realizou visita técnica institucional ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Na oportunidade, a Comissão conheceu os sistemas, as bases e as soluções do MP/MG na área de inovação digital.

Entre as iniciativas apresentadas, estão: a ferramenta digital para pesquisa de dados e de pessoas físicas e jurídicas **Áduna**, que reúne diversas bases de dados; a plataforma **Lins**, que é capaz de realizar o cruzamento de milhões de dados de receitas e despesas públicas; o **Mapa Social**, que reúne indicadores sociais dos municípios mineiros nas áreas da educação, saúde e segurança pública; o aplicativo **Trena**, que permite a fiscalização por parte da população de obras públicas em andamento, com a possibilidade de envio de fotos e comentários sobre a evolução para que as autoridade analisem os casos; e a ferramenta Lemonade, que permite a construção de trilhas de auditoria para a análise de dados relativos a receitas, despesas e licitações do estado de Minas Gerais e dos municípios mineiros.

O programa Clínica de Justiça Criminal também foi apresentado. O intensivo teve início em agosto de 2022 e tem como objetivo proporcionar aos participantes uma única plataforma para estudar as bases do Direito Penal Americano e da Common Law.

Saiba mais:

[Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP conhece iniciativas de inovação digital do MP de Minas Gerais](#)

ESTRATÉGIA NACIONAL DO MP DIGITAL

No âmbito do Ministério Público, a Resolução n.º 102, de 23 de setembro de 2013, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, disciplinou, até o presente momento, os procedimentos para contratações de bens e serviços de TI por parte dos ramos e unidades ministeriais.

Não obstante, com a instituição da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a citada Resolução restará desatualizada, porquanto elaborada à luz das Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nº 10.520, de 17 de julho de 2022, as quais serão revogadas com a entrada em vigor da Lei 14.133/2021.

PROCEDIMENTOS RELATIVOS À CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÕES DE TI

A CPE apresentou, por ocasião da 7ª Sessão Ordinária de 2023, realizada em 9 de maio, Proposta de Resolução para atualizar a Resolução CNMP nº 102/2013 e disciplinar, no âmbito do Ministério Público, procedimentos relativos à contratação de Soluções de Tecnologia da Informação, à luz da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

A proposta de Resolução prevê diretrizes e procedimentos que buscam atender às atualizações legislativas e mercadológicas, prezando pelos princípios da legalidade, economicidade, transparência e isonomia.

Em acréscimo, na intenção de apoiar os ramos e unidades nos processos de contratação, a Proposição sugere o emprego de um manual de orientações técnicas, a exemplo do que ocorre no “Portal da Transparência do Ministério Público”, disciplinado pela Resolução nº 86, de 21 de março de 2012. O Manual de Orientações Técnicas de Contratações de TI (MOTec) conterá diretrizes gerais, descrição de atribuições e responsabilidades, mapeamento de processos, além de modelos de artefatos documentais, como termos de compromisso, termos de referência, entre outros.

Saiba mais:

Conselheiro do CNMP apresenta proposta que disciplina, no Ministério Público, procedimentos relativos à contratação de soluções de tecnologia da informação

ESTRATÉGIA NACIONAL DO MP DIGITAL

As visitas técnicas integram o processo de construção da Estratégia do Ministério Público Digital e tem como objetivo debater e colher contribuições críticas das organizações e de pessoas com notório conhecimento em transformação digital do setor público.

REUNIÕES INTERINSTITUCIONAIS

Considerando o êxito do Programa Justiça 4.0, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e, igualmente, da Estratégia do Governo Digital (EGD), desenvolvida pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos do Governo Federal, a Comissão de Planejamento Estratégico (CPE) realizou visitas técnicas a essas instituições, com objetivo de trocar experiências que possam contribuir com o desenvolvimento do MP Digital.

No dia 17 de maio, integrantes da CPE conversaram com a equipe técnica responsável pela implementação do portal de APIs da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro -PDPJ-Br. Já no dia 10 de agosto, o encontro foi com os responsáveis pela interoperabilidade e consumo de APIs do Conecta gov.br.

A próxima reunião será para conversar sobre o modelo de Plataforma do Governo Digital de Contratação de bens e serviços de TIC, na intenção de replicar o modelo no âmbito do Ministério Público, bem como de estudar a possibilidade de firmar termo de adesão à Plataforma.

MAPAS SOCIAIS

Considerando a importância do uso de dados para uma gestão fiscalizatória mais efetiva, preventiva e estratégica por parte do Ministério Público, a Comissão de Planejamento Estratégico (CPE), em parceria com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (MPRS), está realizando reuniões institucionais para troca de experiências acerca do desenvolvimento de painéis eletrônicos para acompanhamento de políticas públicas (mapas sociais).

A primeira etapa é conhecer as ferramentas já desenvolvidas pelos ramos e unidades, além de identificar as principais dificuldades enfrentadas e como o CNMP pode contribuir para o processo.

ESTRATÉGIA NACIONAL DO MP DIGITAL

CONGRESSO DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

A Comissão de Planejamento Estratégico (CPE) do Conselho Nacional do Ministério Público realizou, nos dias 31 de maio a 2 de junho de 2023, o Congresso Nacional de Inovação e Tecnologia do Ministério Público.

O evento recebeu 227 inscrições de integrantes do Ministério Público brasileiro. Além de palestras com especialistas como Martha Gabriel, Murilo Gun e Leandro Mattos, como parte da programação do congresso, a Comissão promoveu a VII Mostra de Soluções de Inovação e Tecnologia, com objetivo de promover a troca de experiências e de soluções tecnológicas entre os ramos e as unidades e incentivar reflexões acerca dos desafios e das principais tecnologias e soluções inovadoras disponíveis no mercado.

A "Fábrica de fracassos", evento que antecedeu a abertura do Congresso, reuniu uma série de experiências de projetos que não tiveram êxito e foram compartilhados de forma anônima pelos participantes. O objetivo foi promover reflexões críticas sobre cases de insucesso.

Saiba mais:

[CNMP promove, até sexta-feira, 2, Congresso de Inovação e Tecnologia e 7ª Mostra de Soluções de Inovação e Tecnologia do MP](#)

["Fábrica de fracassos": evento promovido pelo CNMP antecede Congresso de Inovação e Tecnologia do Ministério Público, em Santa Catarina](#)

[Congresso de inovação e tecnologia promovido pelo CNMP contará com palestras de especialistas](#)

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NACIONAL

O Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público (PEN-MP), aprovado para o decênio 2020-2029, faculta às unidades ministeriais a adesão ao Mapa Estratégico nacional, de caráter direcionador e não vinculativo. As unidades aderentes podem solicitar o apoio técnico e logístico da CPE para revisão ou construção de seus planejamentos estratégicos. As atividades são adaptadas às necessidades de cada instituição, e a priorização de projetos e iniciativas é de livre escolha das unidades, respeitadas as particularidades locais e a autonomia institucional.

FÓRUM NACIONAL DE GESTÃO

O Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público (FNG-MP), presidido e coordenado pela CPE, tem por objetivo promover o debate, estudo, análise, harmonização e implementação de melhores práticas de gestão para suporte à atividade-fim do Ministério Público.

APOIO TÉCNICO E LOGÍSTICO

Representantes da Comissão de Planejamento Estratégico (CPE) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) participaram no dia 14 de julho, da revisão do Planejamento Estratégico e elaboração do Plano Plurianual 2024-2027 do Ministério Público do Estado do Acre (MPAC).

Desde 2019, o MPAC é signatário do Termo de Adesão ao Mapa Estratégico Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Saiba mais:

[CNMP participa da revisão do Planejamento Estratégico e da elaboração do Plano Plurianual 2024-2027 do MPAC](#)

FNG

Integrantes do Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público (FNG-MP) reuniram-se nos dias 19 e 20 de junho para analisar, avaliar e propor planos de ação para os principais desafios enfrentados na implementação do Mapa Estratégico Nacional do Ministério Público. A 1ª Reunião Ordinária aconteceu no formato virtual e contou com a participação de 317 representantes dos ramos e unidades.

Saiba mais:

[Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público realiza 1ª Reunião Ordinária 2023 do Ministério Público brasileiro.](#)

O Comitê de Políticas de Gestão Estratégica do FNG, em parceria com CPE, UNCMP, MPT e SGP/SG/CNMP, disponibilizou o Curso EaD "Introdução à Gestão de Processos". Foram ofertadas vagas para todos os ramos e unidades. A instrutoria ficará disponível na Plataforma 'LectorLibre' do CNMP.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NACIONAL

Aprovada em 21 de junho de 2016, no Plenário do CNMP, durante a 12ª Sessão Ordinária de 2016, a Resolução CNMP nº 147/2016 dispõe sobre o Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público.

O artigo 4º da norma estabelece que compete à Comissão de Planejamento Estratégico, entre outras atribuições, monitorar o PEN-MP e adotar as providências necessárias à sua implementação e cumprimento.

Nos termos da Resolução CNMP nº 147/2016, compete à CPE a revisão do PEN-MP. Em 2023, a CPE está realizando a revisão dos programas e ações estratégicas, mantendo-se os demais elementos do plano estratégico original.

O processo conta com a participação das Comissões temáticas do CNMP e das unidades e ramos do Ministério Público, e com o apoio do Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público (FNG-MP) e da Secretaria de Gestão Estratégica do CNMP.

RADAR ESTRATÉGICO

O Radar Estratégico, instrumento de acompanhamento do PEN, possibilita monitorar os avanços institucionais da área de planejamento e gestão estratégica de todas as unidades e ramos do Ministério Público (MP) por meio da coleta de dados e pelo processamento de informações.

Neste ano, o Radar conta com uma inovação. Com o título de "Resolutividade", o painel agora apresenta evidências apontadas pelas unidades, informando: o que é, como é medido e quais são os resultados alcançados até o momento.

Os dados estão disponíveis na página da Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP e são publicados utilizando a tecnologia *Business Intelligence* (BI).

Saiba mais:

[CNMP divulga resultados do Radar Estratégico de 2023](#)

REVISÃO DO PEN

Em maio e junho foram realizadas oficinas com as comissões temáticas do CNMP e com os Representantes da Administração Superior do Fórum Nacional de Gestão (RAS/FNG) para construção dos novos programas estratégicos das áreas fim e meio.

Em julho, com auxílio do CPGE/FNG-MP as contribuições foram compiladas. Na próxima etapa (setembro), membros dos ramos e unidades, reunidos em salas temáticas, irão desdobrar o programas finalísticos em ações que possam executadas nas promotorias. Na próxima reunião ordinária do FNG, serão desdobrados os programas da área meio.

PRÊMIO CNMP

Instituído pela Resolução CNMP nº 94, de 22 de maio de 2013, o Prêmio CNMP é instrumento para identificar, premiar e disseminar projetos e programas bem-sucedidos do Ministério Público brasileiro, que contribuam para a melhoria da eficiência institucional e dos serviços prestados à sociedade.

PRÊMIO CNMP

A Comissão de Planejamento Estratégico (CPE) do Conselho Nacional do Ministério Público divulgou a relação dos 45 programas e projetos semifinalistas da Edição 2023 do Prêmio CNMP. Nessa primeira fase, as cinco iniciativas mais bem pontuadas pela comissão julgadora, em cada uma das nove categorias da premiação, foram declaradas semifinalistas e seguem para próxima etapa.

Os 45 programas semifinalistas foram selecionados de uma lista de 586 iniciativas das unidades e ramos do Ministério Público brasileiro habilitadas a concorrer à edição deste ano da premiação.

Na edição 2023, serão premiadas até três iniciativas (programas e projetos) em cada uma das nove categorias: Investigação e inteligência; Persecução cível e penal; Integração e articulação; Transversalidade dos direitos fundamentais; Fiscalização de políticas e recursos públicos; Diálogo com a sociedade; Governança e gestão; Sustentabilidade; e a categoria especial, "Defesa do regime democrático".

Para chegar aos semifinalistas, a comissão julgadora, dividida em nove subcomissões, uma para cada categoria, atribuiu notas aos critérios de avaliação: resolutividade, inovação, proatividade, cooperação e transparência. Os julgadores representam 22 instituições, algumas previstas no regulamento e outras convidadas para a presente edição do Prêmio CNMP.

Na segunda fase do processo, a Comissão Julgadora analisará as 45 iniciativas semifinalistas selecionadas na etapa anterior, classificando-as do 1º a 5º lugar. Ao final, serão premiadas as três iniciativas mais bem classificadas por categoria, em cerimônia prevista para acontecer na última quinzena de novembro de 2023.

Saiba mais em: <https://www.cnmp.mp.br/premio/>

TABELAS UNIFICADAS

O Comitê Gestor Nacional das Tabelas Unificadas (CGNTU) atua na uniformização taxonômica para fins de registro de informações judiciais, extrajudiciais e de atividades não procedimentais no Ministério Público. A boa gestão das tabelas e a correta aplicação pelos MPs garantem maior uniformidade na alimentação dos dados da atuação, assegurando maior precisão estatística para apoiar a implementação de políticas efetivas com base em evidências.

Registra-se que o aperfeiçoamento do Sistema das Tabelas Unificadas é feito continuamente pelo CNMP, em conjunto com as unidades e ramos, os quais podem encaminhar dúvidas e sugestões para análise do Comitê Gestor Nacional, diretamente ao e-mail tabelasunificadas@cnmp.mp.br.

INDICADORES DA ATUAÇÃO FUNCIONAL E ADMINISTRATIVA

Nos termos da Resolução CNMP nº 74/2011, a CPE é responsável por coletar os dados relativos à gestão administrativa e atuação funcional dos Ministérios Públicos.

CGNTU

Em 29 de maio de 2023, a CPE realizou a 2ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor Nacional das Tabelas Unificadas. Na ocasião, foram abordadas inserções de novos assuntos, movimentos e classes processuais, além de deliberações e questionamentos dos comitês estaduais das unidades e ramos do Ministério Público. Acesse a ata da reunião [aqui](#).

Também ocorreu a sincronização das Tabelas Unificadas com a base de dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em sua última versão de 05/07/2023.

Ainda, nos dias 17 e 18 de setembro de 2023, os integrantes do CGNTU ministraram instrutoria online sobre as Tabelas Unificadas aos assistentes de promotoria do Ministério Público do Estado de Rondônia (MPRO). Além de exposição teórica, o curso proporcionou casos práticos de classificação aplicados ao contexto do MPRO. alcançou 176 participantes

MINISTÉRIO PÚBLICO: UM RETRATO

Em atendimento aos comandos da Resolução CNMP nº 74/2011, a CPE procedeu ao levantamento dos dados da atuação funcional e administrativa dos Ministérios Públicos, respectivamente por meio do sistema CNMPInd e do questionário Radar Estratégico. Os dados atualizados relativos ao ano-base 2022 estão disponíveis na ferramenta de *Business Intelligence* (BI) “Ministério Público: um retrato”.

Saiba mais: [CNMP divulga o relatório “Ministério Público: um retrato”, com dados atualizados de 2022 sobre o Ministério Público brasileiro](#)